



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará



CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DA CARREIRA DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Edital nº. 14/2018

NOME DO(A) CANDIDATO(A) _____

Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO _____

Administrador

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES NESTA PÁGINA

*** Você recebeu do fiscal o seguinte material:**

- Este Caderno de Questões com o enunciado das 60 (sessenta) questões da prova objetiva.
- uma Folha de Respostas, destinada às respostas das questões da prova objetiva.

***tempo de duração da prova objetiva** será de 3h 30min.

***É responsabilidade do candidato** certificar-se de que recebeu a prova correspondente ao cargo para o qual concorre e que na Folha de Respostas constam os seus dados corretos. Notifique o fiscal qualquer irregularidade.

***SOMENTE APÓS AUTORIZADO O INÍCIO DA PROVA, VERIFIQUE SE ESTE CADERNO DE QUESTÕES ESTÁ COMPLETO E EM ORDEM. NOTIFIQUE O FISCAL SOBRE QUALQUER IRREGULARIDADE IMEDIATAMENTE.**

***FOLHEAR O CADERNO DE QUESTÕES ANTES DO INÍCIO DA PROVA IMPLICA NA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO.**

***Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas**, à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

***Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas** para NÃO DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR.

*** Ao candidato somente será permitido** levar o Caderno de Questões 1 (uma) hora antes do horário

previsto para término da prova (Item 10.14, alínea "c" do edital).

***Será ELIMINADO do Concurso o candidato que:**

a) for surpreendido durante o período de realização de sua prova portando (carregando consigo, levando ou conduzindo) armas ou aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, qualquer tipo de relógio com mostrador digital, media player, agenda eletrônica, tablet, receptor, gravador, controle de alarme de carro, etc.), quer seja na sala de prova ou nas dependências do seu local de prova (Item 10.15, alínea "c" do edital).

b) ausentar-se da sala de prova, durante o período de realização de sua prova, portando o caderno de questões da prova objetiva, a folha de respostas da prova objetiva ou qualquer equipamento eletrônico (Item 10.15, alínea "i" do edital).

c) fizer anotação de informações relativas às suas respostas da prova objetiva em qualquer meio (Item 10.15, alínea "f" do edital).

***Quando terminar, entregue obrigatoriamente ao fiscal a Folha de Respostas.** A entrega do Caderno de Questões é obrigatória se o candidato terminar a prova antes de faltar 1 (uma) hora para o término desta.

***NÃO DEIXE DE ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA.**

***Será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que descumprir as instruções contidas no caderno de questões da prova objetiva e na folha de respostas da prova objetiva (Item 10.15, alínea "j" do edital).**

◆ LÍNGUA PORTUGUESA ◆

As questões de 01 a 12 referem-se ao texto a seguir.

"O certo a ser feito": as marcas do utilitarismo no nosso dia-a-dia

Por Carlos Henrique Cardoso

Ultimamente tenho analisado e refletido sobre a situação política do país e sua judicialização. E enxergo muito dos princípios do utilitarismo instaurados nos desejos de boa parte dos cidadãos. Enxergo o que? Como assim?

O utilitarismo é uma teoria social desenvolvida pelo jurista, economista, e filósofo Jeremy Bentham, lá pelos fins do século XVIII e início do XIX. Essa teoria também foi objeto de estudo do filósofo John Stuart Mill. Tem como princípio a busca do prazer e da felicidade, mas também satisfazer os indivíduos na coletividade, almejando benefícios, onde as leis seriam socialmente úteis e as escolhas mais corretas. Alguns testes e dinâmicas de grupo também utilizam conceitos de base utilitarista, pautadas nas melhores escolhas para cada situação posta com a finalidade de encontrarmos um bem comum a todos.

Um exemplo. No único hospital de uma pequena cidade, há apenas uma máquina de hemodiálise e quatro doentes renais. As características sociais, econômicas, profissionais, familiares, e pessoais de cada um são apresentadas e faz-se a pergunta: qual deles merece ser salvo para que possa utilizar o equipamento? Após um pequeno debate, chega-se à conclusão e as razões para que aquele felizado seja o escolhido. Ou seja, o intuito é tomar decisões para obter o melhor resultado para todos.

O utilitarismo pode ser transposto para o nosso cotidiano e sua doutrina ética pode estar incrustada em vários fatos e decisões. Sua aplicação pode ser considerável diante de fatores que venham a ocorrer e se tornar aceitável para diversos setores sociais.

Digamos que comecem a aparecer pessoas feridas por rajadas de metralhadora nas ruas de um município e que muitos testemunharam um homem portando essa arma por aí. As autoridades partem a sua busca, mas não o encontram em lugar nenhum. E novas pessoas são baleadas. Com o rumo das investigações, familiares do suspeito são localizados. Como não informam seu paradeiro, os policiais passam a torturar seus pais, irmãos, e outros parentes a fim de obterem respostas ou pistas para sua descoberta. Dias depois, o “louco da metralhadora” é encontrado. A tortura é proibida por lei, mas sua utilização foi justificada pelo bem-estar público, ou seja, “o certo a ser feito”. Um cálculo que foi interpretado como moralmente aceitável por muitos que consideram aquela postura adequada para que mais ninguém fosse alvejado. Mesmo que jamais fosse preciso tomar tal atitude para um crime ser desvendado. Um princípio utilitarista.

E assim observo muitas atitudes manifestadas por seguimentos de nossa população. Na véspera da decisão do Supremo Tribunal Federal em conceder ou não o Habeas Corpus para o ex-presidente Lula, grupos pediam que o STF não concedesse o HC porque Lula “tinha que ser preso”, pois já havia sido condenado. Apesar do HC ser um quesito legal, o desejo de prisão parecia ser maior que a virtude da lei. O que imperava era a vontade popular, o desejo de ver alguém que aprenderam a detestar, encarcerado. Importava menos o previsto em lei e mais “a voz das ruas”.

Declarações de ministros e ex-ministros do STF engrossaram os manifestos. “Temos que ouvir a voz das ruas”, “o sentimento social”, e “o clamor popular” foram termos utilizados pelos ocupantes da Suprema Corte. Apesar das decisões judiciais não serem pautadas, obviamente, pelas vontades do povo profissionais que interpretam as leis não podem estimular aproximações demasiadas entre “as ruas” e os juízes, como termômetro a medir algum “choque térmico” entre a conclusão dos processos e os anseios sociais amparados pelas paixões e ódios. Uma linha tênue entre a lei e “o certo a ser feito”. Reflexões realizadas no calor dos acontecimentos podem influenciar atos finais moralmente justificáveis. Um receio calcado em posturas utilitaristas.

Essas condutas são visíveis quando qualificam defensores dos Direitos Humanos – que seguem resoluções ratificadas por órgãos internacionais – como “defensores de bandidos”. Isso porque “o pessoal” dos Direitos Humanos defendem medidas previstas em leis e na Constituição Federal. Curioso que muitos dos críticos se referem aos Direitos Humanos como se fosse uma ONG, uma entidade representativa, com CNPJ, sede, funcionários (“o pessoal”) que se reúnem frequentemente em torno de uma grande mesa e passam a discutir políticas de apoio a assassinos, estupradores, e ladrões – uma espécie de “Greenpeace” voltado para meliantes. Com isso, proporcionam reflexões equivocadas sobre como devem ser tratados detentos, como a justiça deve agir com acusados de crime hediondo, ou como nossos policiais devem ser protegidos em autos de resistência ou intervenções repressoras. Tudo para alcançar o bem-estar social e “o certo a ser feito”. E a lei? Que se lasque!! Atos para que o “cidadão de bem” fique protegido das mazelas sociais e que se cumpra a vontade popular acima de qualquer artigo, parágrafo, inciso, ou decreto. Enquanto não se reestrutura o nosso defasado Código Penal, podemos bradar juntos as delícias de um Estado Utilitarista.

<https://www.soteroprosa.com/inicio/author/Carlos-Henrique-Cardoso>. Acessado em 28/01/2019 (Com adaptação)

QUESTÃO 1

É **CORRETO** afirmar que o autor do texto, em relação ao tema apresentado, objetiva provocar no leitor:

- A) um alheamento sobre a importância do utilitarismo nas decisões judiciais.
- B) uma valorização da opinião pública em relação ao judiciário e suas deliberações.
- C) uma observação sobre a judicialização de decisões políticas baseadas na ética utilitária.
- D) uma crítica explícita ao código penal e à influência do utilitarismo nas decisões judiciais.
- E) um engajamento da sociedade em relação às medidas que afetam a comunidade como um todo.

QUESTÃO 2

Leia o período a seguir e assinale a única alternativa **CORRETA**.

"Apesar das decisões judiciais não serem pautadas, obviamente, pelas vontades do povo, profissionais que interpretam as leis não podem estimular aproximações demasiadas entre “as ruas” e os juízes, como termômetro a medir algum “choque térmico” entre a conclusão dos processos e os anseios sociais amparados pelas paixões e ódios. (7º parágrafo, com adaptações)

De acordo com as informações do período acima, no contexto em que ocorrem, é correto afirmar que:

- A) o autor defende a tese de que a comoção social é determinante para as decisões judiciais no Brasil contemporâneo.
- B) ao se referir às ruas e aos juízes, o autor chama atenção para a necessidade de o Poder Judiciário se aproximar das camadas mais pobres da sociedade.
- C) o autor afirma que as decisões judiciais devem buscar isenção, ao evitar a influência da opinião pública.
- D) ao fazer uso de palavras como "paixões" e "ódios", o autor defende a humanização do judiciário.
- E) a expressão "choque térmico" foi utilizada denotativamente pelo autor para referir-se aos conflitos entre opinião pública e ordenamento jurídico.

QUESTÃO 3

"Judicialização é um fenômeno mundial por meio do qual importantes questões políticas, sociais e morais são resolvidas pelo Poder Judiciário ao invés de serem solucionadas pelo poder competente, seja este o Executivo ou o Legislativo."(Sâmea Luz Mansur)

Ao refletir sobre a situação política do país e sua judicialização, o autor fundamenta-se nos princípios do utilitarismo. Essa teoria social:

- A) consiste na ideia de que uma ação só pode ser considerada moralmente correta se as suas consequências promoverem o bem-estar coletivo.
- B) baseia-se no alinhamento entre o moralmente aceitável, o clamor popular e o cumprimento da lei.
- C) defende a ideia de que "o certo a ser feito" depende de decisão colegiada dos três poderes.
- D) não leva em consideração o previsto em lei nem características sociais, econômicas, profissionais, familiares, e pessoais de cada um.
- E) considera os Direitos Humanos uma entidade representativa que discute políticas de apoio a assassinos, estupradores e ladrões.

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa **CORRETA** quanto aos recursos linguísticos empregados no texto.

- A) No período, "Apesar do HC ser um quesito legal, o desejo de prisão parecia ser maior que a virtude da lei.". (6º parágrafo), o sujeito da primeira oração está preposicionado, de acordo com a norma culta da língua portuguesa.
- B) No período, "Apesar do HC ser um quesito legal, o desejo de prisão parecia ser maior que a virtude da lei.". (6º parágrafo), a primeira oração estabelece uma relação de concessão em relação à segunda.
- C) Em "Apesar do HC ser um quesito legal, o desejo de prisão parecia ser maior que a virtude da lei." (6º parágrafo), o elemento coesivo que inicia o período, pode ser substituído pela conjunção "consoante", sem prejuízo quanto ao sentido e à correção gramatical.
- D) No excerto "Como não informam seu paradeiro, os policiais passam a torturar seus pais, irmãos, e outros parentes **a fim** de obterem respostas ou pistas para sua descoberta."(5º parágrafo), o termo em negrito está incorretamente grafado, a forma culta é "afim"
- E) A alternância de verbos na terceira pessoa do singular e primeira do plural denota um afastamento entre emissor e receptor.

QUESTÃO 5

Com base nos aspectos gramaticais e estilísticos presentes no período "*Curioso que muitos dos críticos se referem aos Direitos Humanos como se fosse uma ONG, uma entidade representativa, com CNPJ, sede, funcionários ("o pessoal") que se reúnem frequentemente em torno de uma grande mesa e passam a discutir políticas de apoio a assassinos, estupradores, e ladrões – uma espécie de "Greenpeace" voltado para meliantes*", julgue os itens abaixo:

- I. A flexão das formas verbais "*reúnem*" e "*passam*" no plural, usadas como recursos de estilo, classificam-se como silepse de número.

II. A forma verbal "**reúnem**", mesmo depois do novo acordo ortográfico, continua recebendo acento agudo de acordo com a regra dos hiatos.

III. Em "(...) políticas de apoio **a** assassinos, estupradores, e ladrões (...)", o termo grifado, morfológicamente, classifica-se como preposição.

Está correto o que se afirma no (nos) item (itens):

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III apenas
- D) II e III apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 6

Com base nos aspectos linguísticos, morfossintáticos e sintático-semânticos presentes no período "*Sua aplicação pode ser considerável diante de fatores que venham a ocorrer e se tornar aceitável para diversos setores sociais*", julgue os itens abaixo.

I. As palavras "*considerável*" e "*aceitável*" referem-se ao vocábulo "aplicação", por isso estão no singular.

II. A palavra "*aceitável*" refere-se ao vocábulo "fatores", por isso deveria estar no plural.

III. As palavras "*aceitável*" e "*tornar*" referem-se ao vocábulo "fatores", por isso deveriam estar no plural.

Está **CORRETO** o que se afirma no (nos) item (itens):

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I, II e III.
- D) III, apenas.
- E) II e III, apenas.

QUESTÃO 7

"Essas condutas são visíveis quando qualificam defensores dos Direitos Humanos – que seguem resoluções *ratificadas* por órgãos internacionais – como "defensores de bandidos."":

Do ponto de vista semântico, marque a **ÚNICA** alternativa que estabelece, com o vocábulo grifado no período acima, uma relação sinonímica.

- A) Emendadas.
- B) Refundidas.
- C) Arrumadas.
- D) Sancionadas.
- E) Invalidadas.

QUESTÃO 8

Com base no emprego da acentuação gráfica do vocábulo “*que*”, no primeiro parágrafo do texto, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Por se tratar de pronome átono, ele não recebe acento gráfico.
- B) O vocábulo “*que*” deve receber acento agudo antes de ponto, conforme a regra de acentuação.
- C) O uso de acento agudo, no vocábulo “*que*”, é facultativo diante de ponto de interrogação.
- D) O pronome relativo “*que*” deve receber acento grave antes de ponto.
- E) No início ou fim de frase, antes de ponto, o vocábulo “*que*” deve ser acentuado graficamente.

QUESTÃO 9

“Na véspera da decisão do Supremo Tribunal Federal em conceder ou não o Habeas Corpus para o ex-presidente Lula, grupos pediam que o STF não concedesse o HC *por que* Lula “*tinha que ser preso*”, pois já havia sido condenado”.

Julgue as afirmativas a seguir e assinale a única alternativa **CORRETA** sobre o emprego do vocábulo em negrito no excerto acima.

I- Ao se substituir o vocábulo em destaque pela conjunção **porque**, modifica-se o sentido e torna-se o excerto gramaticalmente correto.

II- O pronome relativo, precedido de preposição, empregado no excerto acima, expressa a ideia de que Lula tinha que ser preso por causa do Habeas Corpus.

III- Altera-se o sentido, mas mantém-se a correção gramatical ao se substituir o vocábulo em negrito pela forma “*pelo qual*”, no excerto acima.

- A) Todas estão corretas.
- B) I e II estão corretas.
- C) I e III estão corretas.
- D) III, apenas.
- E) II e III, apenas.

QUESTÃO 10

“Apesar das decisões judiciais não serem pautadas, obviamente, pelas vontades do povo, profissionais que interpretam as leis não podem estimular aproximações demasiadas entre “as ruas” e os juízes (...)”

Sobre o emprego dos sinais de pontuação do excerto acima, é **CORRETO** afirmar que:

- A) ele não apresenta desvios gramaticais quanto ao emprego dos sinais de pontuação.
- B) por se tratar de oração relativa explicativa, a estrutura “*que interpretam as leis*” deveria estar obrigatoriamente entre vírgulas.
- C) na estrutura “*que interpretam as leis*”, a ocorrência da vírgula é obrigatória antes do pronome relativo para tornar o excerto gramaticalmente correto.

D) por exercer a função de sujeito da segunda oração, o vocábulo “*profissionais*” deveria estar entre vírgulas.

E) Como o segmento se inicia com oração subordinada, o uso da vírgula é obrigatório após o vocábulo “*povo*”.

QUESTÃO 11

“Sua aplicação pode ser considerável diante de fatores *que* venham a ocorrer e se tornar aceitável para diversos setores sociais.” (4º parágrafo).

O elemento grifado no período acima pode ser substituído, preservando-se a correção gramatical e o sentido, por:

- A) aos quais
- B) cujos
- C) os quais
- D) de que
- E) nos quais

QUESTÃO 12

O fragmento que constitui, no texto, um exemplo de uso figurado da linguagem encontra-se na alternativa:

- A) “O utilitarismo é uma teoria social desenvolvida pelo jurista, economista, e filósofo Jeremy Bentham, lá pelos fins do século XVIII e início do XIX” (2º parágrafo)
- B) “No único hospital de uma pequena cidade, há apenas uma máquina de hemodiálise e quatro doentes renais”. (3º parágrafo).
- C) “A tortura é proibida por lei, mas sua utilização foi justificada pelo bem-estar público”. (5º parágrafo).
- D) “(...) profissionais que interpretam as leis não podem estimular aproximações demasiadas entre “as ruas” e os juízes”. (7º parágrafo).
- E) “Com isso, proporcionam reflexões equivocadas sobre como devem ser tratados detentos, como a justiça deve agir com acusados de crime hediondo”. (8º parágrafo).

◆ LEGISLAÇÃO E ÉTICA DO SERVIÇO PÚBLICO ◆

QUESTÃO 13

Acerca da República Federativa do Brasil e dos princípios fundamentais, com base na constituição federal de 1988, julgue os itens a seguir:

I- A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, dos municípios, e do distrito federal e dos territórios.

II- O pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são alguns dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

III- A soberania, a cidadania e a independência nacional são alguns dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

IV- A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da soberania e da dignidade da pessoa humana dentre outros.

A) Os itens I, II e III são verdadeiros.

B) Os itens I e II são verdadeiros.

C) Apenas o item II é falso.

D) Os itens I, II e IV são verdadeiros.

E) Todos os itens são falsos.

QUESTÃO 14

Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, e, locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

C) a lei considerará crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evita-los, se omitirem.

D) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

E) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada casa do congresso nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

QUESTÃO 15

Aquiles, servidor público há exatos 02 (dois anos), foi designado para presidir processo administrativo disciplinar instaurado pela servidora Nina, autoridade competente, para apurar as irregularidades supostamente cometidas pelo servidor Cauby.

Considerando a situação hipotética narrada e as disposições legais e constitucionais acerca do processo administrativo disciplinar, julgue os itens a seguir:

I- Aquiles poderá presidir o referido processo administrativo disciplinar, desde que sejam designados mais outros dois servidores para comporem, junto com Aquiles, comissão processante.

II- A comissão de processo administrativo a ser designada para apurar os fatos imputados ao servidor Cauby deve ser composta por 04 (quatro) membros, sendo um deles o secretário, no caso de processo administrativo disciplinar de rito ordinário.

III- Se o servidor Cauby for processado criminalmente pelas irregularidades que supostamente cometeu na condição de servidor público, não deve contra ele se instaurado processo administrativo disciplinar, sob pena de o mencionado servidor ser punido duas vezes pelo mesmo fato.

IV- Se as irregularidades cometidas por Cauby consistirem em participar da gerência ou administração de sociedade privada e inassiduidade habitual, estará Cauby sujeito a, no máximo, 30 dias de suspensão como penalidade.

- A) Os itens I e II são verdadeiros.
- B) Os itens I e IV são verdadeiros.
- C) Os itens I, III e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.
- E) Todos os itens são falsos.

QUESTÃO 16

O aclamado e polêmico filme “BIRD BOX”, estrelado pela atriz Sandra Bullock, com base no livro de Josh Malerman tem provocado críticas e elogios do público. Suponha que a situação de caos que permeia todo o filme, ameaçando a segurança de todos, perturbando a ordem pública e causando a morte de muitos ocorresse no Brasil, indo por todo o Nordeste e alastrando-se por outras regiões do país. No Ceará, na cidade de Fortaleza, trabalha o senhor Nepomuceno das Cruzes, em um órgão público regido pela lei 8.666/93. A partir do momento hipotético em que o caos se instalasse na região, criando desordem total e ameaça à vida de todos os cearenses, o senhor Nepomuceno poderia declarar que as licitações:

- A) seriam inexigíveis, na hipótese do artigo 24 da Lei 8.666/93.
- B) seriam dispensáveis, na hipótese do art. 25 da Lei 8.666/93.
- C) seriam dispensáveis, na hipótese do art. 24 da Lei 8.666/93.
- D) seriam canceladas, na hipótese do art. 27, da Lei 8.666/93.
- E) seriam inexigíveis, na hipótese do art. 23 da Lei 8.666/93.

QUESTÃO 17

Os contratos regidos pela lei nº 8.666/93 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, por acordo das partes, nos seguintes casos, **EXCETO**:

- A) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- B) quando conveniente à substituição da garantia de execução.
- C) quando necessária à modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- D) quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
- E) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

QUESTÃO 18

A Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. A Tabela abaixo apresenta um recorte da estrutura de vencimentos básicos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Nível de Classificação →		E			
Níveis de Capacitação →		I	II	III	IV
Padrão de vencimento (PISO EI)	P31	1			
	P32	2	1		
	P33	3	2	1	
	P34	4	3	2	1
	P35	5	4	3	2
	P36	6	5	4	3
	P37	7	6	5	4
	P38	8	7	6	5
	P39	9	8	7	6
	P40	10	9	8	7
	P41	11	10	9	8
	P42	12	11	10	9
	P43	13	12	11	10
	P44	14	13	12	11
	P45	15	14	13	12
	P46	16	15	14	13
	P47		16	15	14
P48			16	15	
P49				16	

Em 10 de julho de 2017, os servidores Ana, Bruno e Cosme ingressaram no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará para o cargo de Contador. A servidora Ana, profissional muito competente, foi servidora pública federal por mais de 15 anos em outro órgão, onde realizou vários cursos de capacitação. Os servidores Bruno e Cosme concluíram o Curso de Contabilidade no final de 2016 e estão no seu primeiro emprego. Acerca da situação hipotética apresentada e com auxílio da Tabela acima, analise as afirmações abaixo:

I. A servidora Ana ingressou no nível de capacitação IV, enquanto que os servidores Bruno e Cosme, ingressaram no nível de capacitação I.

II. O desenvolvimento dos servidores Ana, Bruno e Cosme na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de classificação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

III. Em 20 de janeiro de 2019, após obter resultado satisfatório na sua avaliação de desempenho e concluir seus cursos de capacitação com carga horária mínima exigida em lei, o servidor Bruno solicitou Progressão por Mérito e Progressão por Capacitação. Logo, seu padrão de vencimento passará a ser o P33.

IV. No mesmo dia (20 de janeiro de 2019), o servidor Cosme solicitou apenas Progressão por Mérito, uma vez que obteve resultado satisfatório na sua avaliação de desempenho, mas não realizou seus cursos de capacitação no período. Então, seu padrão de vencimento será o P32.

V. A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento não acarretará mudança de nível de classificação dos servidores Ana, Bruno e Cosme.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A) I, III e V.
- B) II, III e IV.
- C) II, III e V.
- D) III, IV e V.
- E) II, III, IV e V.

QUESTÃO 19

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, **EXCETO**, quando houver compatibilidade de horários:

- A) de três cargos de professor.
- B) de dois cargos de professor com outro, técnico ou científico.
- C) de três cargos técnicos ou científicos.
- D) de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- E) de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde e um de professor.

QUESTÃO 20

É dever do servidor público, **EXCETO**:

- A) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- B) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- C) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito.
- D) comunicar, em até 48 horas, a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.
- E) ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.

QUESTÃO 21

Acerca do processo administrativo, julgue os itens a seguir:

I- Devido ao princípio da inércia administrativa, o processo administrativo só pode iniciar-se a pedido de interessado.

II- No processo administrativo será observado o critério de proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.

III- Expor os fatos conforme a verdade e não agir de modo temerário são alguns dos deveres dos administrados perante a Administração.

IV- Salvo disposição legal específica, é de cinco dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

- A) Os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas o item I é falso.
- C) Todos os itens são verdadeiros.
- D) Os itens I e IV são falsos.
- E) Os itens I, II e III são falsos.

QUESTÃO 22

De acordo com a lei nº 8.429/92, são atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, **EXCETO**:

- A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- B) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- C) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- D) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- E) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

◆ RACIOCÍNIO LÓGICO ◆

QUESTÃO 23

Ângela, Bruna, Carol e Denise são quatro amigas com diferentes idades. Quando se perguntou qual delas era a mais jovem, elas deram as seguintes respostas:

- Ângela: Eu sou a mais velha;
- Bruna: Eu sou nem a mais velha nem a mais jovem
- Carol: Eu não sou a mais jovem
- Denise: Eu sou a mais jovem.

Sabendo que uma das meninas não estava dizendo a verdade, a mais jovem e a mais velha, respectivamente, são:

- A) Bruna é a mais jovem e Ângela é a mais velha.
- B) Ângela é a mais jovem e Denise é a mais velha.
- C) Carol é a mais jovem e Bruna é a mais velha.
- D) Denise é a mais jovem e Carol é a mais velha.
- E) Carol é a mais jovem e Denise é a mais velha.

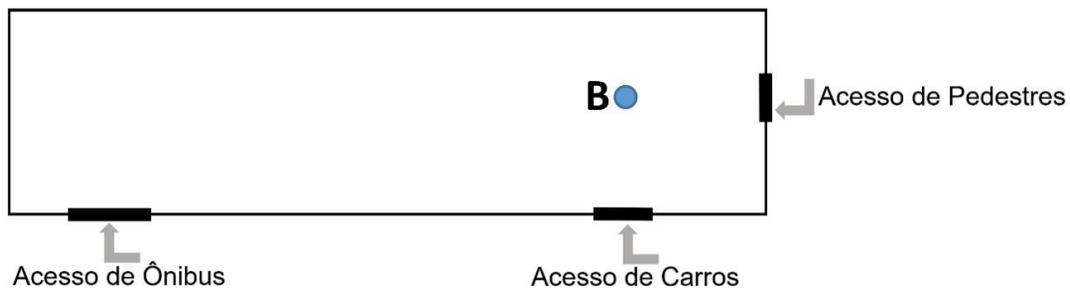
QUESTÃO 24

$\sqrt{5}\%$ de $4\sqrt{5}\%$ é:

- A) 0,2%
- B) 2%
- C) 20%
- D) 2,5%
- E) 25%

QUESTÃO 25

O Campus Belém do IFPA possui três acessos que são utilizados com frequência, como mostra a figura abaixo:



Em cada acesso, um vigilante se desloca para fazer a ronda em todo o campus. Considerando que o vigilante do “acesso de pedestres” passa pelo ponto B de 2 em 2 horas, o vigilante do “acesso de carros” pelo ponto B de 3 em 3 horas e o vigilante do “acesso de ônibus” passa pelo ponto B de 4 em 4 horas. Sabendo que os três vigilantes se encontram no ponto B às 22:00, qual será o próximo horário de encontro dos três vigilantes?

- A) 10:00
- B) 8:00
- C) 6:00
- D) 3:00
- E) 1:00

QUESTÃO 26

A soma dos inteiros positivos $a_1 + a_2 + a_3 + \dots + a_{49}$ é igual a 999. Os possíveis valores do máximo divisor comum (mdc) da soma dada, são:

- A) 5, 7 ou 11.
- B) 3, 5 ou 9.
- C) 2, 3 ou 5.
- D) 2, 5 ou 7.
- E) 1, 3 ou 9.

QUESTÃO 27

Em 2014, na cidade de São Borja – RS, surgiu uma melancia cujo tamanho era 7 vezes maior do que uma melancia normal. O técnico em agrícola que avaliou a melancia gigante afirmou que uma melancia normal pesa, em torno, de 10 kg e sua composição é de 99% de água. Devido à exposição ao sol e calor, ao final do dia a melancia gigante possuía 98% de água. Considerando que a melancia gigante teve perda somente de água, ao final do dia a melancia pesava:

- A) 68,6 kg.
- B) 35 kg.
- C) 69,3 kg.
- D) 67,9 kg.
- E) 56 kg.

QUESTÃO 28

Considerando que $x + \frac{1}{y} = 12$ e $y + \frac{1}{x} = \frac{3}{8}$. O menor valor do produto $x \cdot y$ é:

- A) 2.
- B) 1/2.
- C) 3.
- D) 1/3.
- E) 1.

QUESTÃO 29

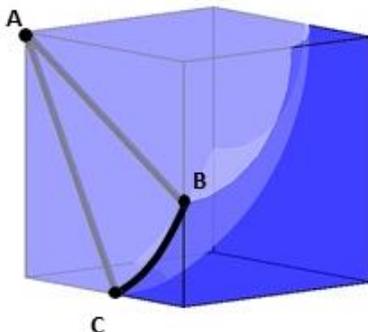
Um programador, antes de rodar um programa, fez uma estimativa no computador para ver o tempo para finalizar a tarefa. No caso, o resultado dado pelo computador foi de 7.776.000 segundos, que em dias são:

- A) 24 dias
- B) 36 dias
- C) 54 dias
- D) 72 dias
- E) 90 dias

QUESTÃO 30

Dado um cubo unitário, construiu-se uma esfera de raio $\frac{2\sqrt{3}}{3}$ centrada no ponto **A**. Então o comprimento do arco **BC** resultante da intersecção entre as superfícies da esfera e do cubo é:

- A) 1
- B) $\frac{\sqrt{3}}{9}\pi$
- C) $\frac{2\sqrt{3}}{9}\pi$
- D) $\frac{\sqrt{3}}{2}\pi$
- E) $\frac{2\sqrt{3}}{3}\pi$



◆ CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA ◆

QUESTÃO 31

As alternativas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

- A) o Teclado é responsável por inserir dados no computador para que sejam processados.
- B) o estabilizador é um equipamento que tem a função de proteger aparelhos eletrônicos das variações de tensão que recebe da rede elétrica.
- C) o equipamento nobreak também é responsável por alimentar os dispositivos, em caso de falta de energia elétrica, através de baterias.
- D) a Fonte de Alimentação é um equipamento que recebe energia da rede elétrica (110 ou 220 Volts) e gera as tensões contínuas, necessárias ao funcionamento interno do computador e seus componentes, mesmo com a falta da energia elétrica.
- E) o monitor é um dispositivo responsável por transmitir informações geradas pela placa de vídeo.

QUESTÃO 32

Nos computadores está presente uma tecnologia que permite o reconhecimento e configuração automática de dispositivo quando instalado, trata-se de:

- A) link.
- B) plugin.
- C) plug and play.
- D) processador.
- E) browser.

QUESTÃO 33

Analise as seguintes afirmativas abaixo sobre os objetivos do *Firewall*:

I - Todo o tráfego de fora para dentro, e vice-versa, passa por um firewall.

II - Somente o tráfego autorizado, como definido pela política de segurança local, poderá passar.

III- Próprio firewall é imune à penetração.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

A) I e II apenas.

B) I e III, apenas.

C) I apenas.

D) II e III apenas.

E) I, II e III.

QUESTÃO 34

Analise as seguintes afirmativas abaixo sobre as formas de salvar um documento no Writer pertencente ao pacote LibreOffice.

I - Pressione **Control + S**

II - Clique no botão **Salvar** na barra de ferramenta principal.

III- Escolha **Editar → Salvar**

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

A) I e II apenas.

B) I e III, apenas.

C) I apenas.

D) II e III apenas.

E) I, II e III.

QUESTÃO 35

No Microsoft Excel, versão português do Office 2013, a função =AGORA() retorna:

A) dia da semana.

B) somente hora.

C) somente ano.

D) somente segundos.

E) data e a hora atuais.

◆ CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ◆

QUESTÃO 36

Leia e analise com atenção o texto abaixo:

“Por que não existiria uma Inteligência nos negócios? (...) A inteligência é uma plausibilidade evolutiva para sua função na sobrevivência humana. Talvez os talentos empresariais da atualidade tenham antecedentes nas formas primitivas de escambo, artesanato, liderança, negociação, trabalho em equipe e cooperação. Provavelmente as pessoas que se superaram nessas habilidades proto-empresariais da pré-história foram os melhores provedores, qualidade decisiva na adequação evolutiva. (...) Será que existe uma inteligência nos negócios, um conjunto de habilidades que distingue aqueles que realmente se destacam no mundo empresarial?”

Trecho extraído de “ESTRATÉGIA” (2009), de Karl Albrecht e colaboradores. Tradução de “Business: the ultimate resource”, Rio de Janeiro, Ed. Elsevier.

Albrecht e colaboradores, no trecho acima, referem-se às habilidades para negócios como uma forma de sobrevivência no mundo contemporâneo. Para lograr êxito na administração e por consequência, ter sucesso à frente de um empreendimento, o administrador deve “superar as habilidades proto-empresariais” e desenvolver a “inteligência para negócios”, sendo-lhe possível sobreviver e se destacar no mundo globalizado. Partindo da ideia publicada no texto e com base nos conhecimentos específicos da ciência da administração, é possível interpretar como “inteligência para negócios”, a habilidade do administrador ao ter:

- A) a capacidade de resolver problemas e enfrentar desafios
- B) a capacidade de resolver problemas
- C) a capacidade de resolver problemas e criar produtos e serviços de alto valor agregado
- D) a capacidade de resolver problemas, enfrentar desafios e criar produtos e serviços de alto valor agregado
- E) a capacidade de criar produtos e serviços de alto valor agregado

QUESTÃO 37

A concentração de foco no produto e/ou serviço, no faturamento ou no usuário / cliente final, aliada à imposição do poder hierárquico diante das equipes de trabalho - pouco priorizadas por presidentes, gerentes e supervisores - são obstáculos ao sucesso das organizações contemporâneas. Mudar este paradigma é um grande desafio para a prática de liderança. Lindred Greer, professora de Comportamento da Escola de Negócios da Universidade de Stanford, em recente entrevista à revista VOCÊ S/A, afirma que nas organizações mais bem-sucedidas, é notável a valorização da dinâmica da equipe como fator crítico de sucesso. A obtenção desta dinâmica se dá quando o líder (____), (____) e (____).

As lacunas podem ser corretamente preenchidas por qual das alternativas abaixo?

- A) prioriza a resolução do problema e o distribui à equipe – estabelece obediência rígida à hierarquia organizacional – permite que a própria equipe resolva seus problemas, conferindo-lhe autonomia total.
- B) prioriza a composição de uma equipe homogênea para resolver o problema – mantém e reforça a hierarquia através de relações horizontais, onde apenas o líder conduz o processo – resolve pontualmente os problemas da equipe com relação àquele produto / serviço.

C) prioriza a composição de uma equipe heterogênea, onde as habilidades e competências da equipe se complementem para solucionar o problema – flexibiliza a hierarquia em um modelo horizontal, onde o líder é a pessoa mais habilitada / competente para aquele assunto conduz o processo – prepara a equipe, resolvendo os problemas à medida que eles surgem, de forma que todos estejam preparados para atender às demandas presentes e futuras.

D) não prioriza a formação da equipe, em virtude de que os profissionais devem exibir habilidades e competências previamente, além de ter a obrigação legal de alcançar os resultados – mantém rígida a hierarquia prescrita pelo organograma – resolve especificamente os problemas e obstáculos específicos para aquele produto / serviço.

E) prioriza a formação de uma equipe homogênea, a fim de prevenir conflitos e perda de produtividade e horas remuneradas – flexibiliza totalmente a hierarquia, adotando o estilo de liderança *laissez-faire* para que a equipe se sinta livre para produzir e especificar suas próprias metas – não resolve problemas específicos da equipe para o alcance do produto / serviço, pois decorrente da liderança *laissez faire*, o próprio grupo soluciona tais problemas, sem a intervenção direta do líder.

QUESTÃO 38

Pedro Valente é administrador de uma organização pública de ensino vinculada à União - e, ao chegar para cumprir expediente, recebe de sua equipe o relato de que naquele dia, há diferentes demandas a resolver:

1. Prazo modificado para a entrega de um projeto estruturante do órgão, antecipando-a;
2. A detecção de 23 não conformidades nos dados recebidos pelo setor, para subsidiar um relatório que Pedro e sua equipe devem entregar no dia seguinte, para subsidiar a alta administração em uma decisão importante;
3. O afastamento imprevisto de duas pessoas que compõem a equipe, por licença saúde;
4. A interdição de duas salas do setor, por problemas estruturais no telhado do complexo predial;
5. Um pedido do departamento de Recursos Humanos para que seja encaminhada a relação de pretensão de férias da equipe para o ano seguinte;
6. A informação de que o veículo destinado aos trabalhos externos do setor será retirado de circulação para manutenção, sem substituição por veículo de reserva.

Pedro, para priorizar as demandas corretamente, poderá utilizar:

- A) Análise SWOT
- B) Diagrama de Afinidades
- C) Diagrama de Ishikawa
- D) Plano de Ação 5W2H
- E) Matriz GUT

QUESTÃO 39

O estabelecimento de metas possíveis é parte crucial do planejamento organizacional público, como medida decisiva para o controle e monitoramento dos processos que levarão à obtenção do produto ou

serviço público pretendido. Sobre o estabelecimento de metas na perspectiva estratégica, considere as assertivas a seguir:

I. As metas devem ser específicas, mensuráveis, atingíveis, realistas / relevantes, e com prazo determinado (time-based).

II. São especificadas, na administração pública federal, na LDO (Lei de diretrizes orçamentárias), devendo ser coerentes com o PPA (Plano Plurianual), nos termos do art. 165 da Constituição Federal de 1988.

III. São qualitativas, somente, e deverão ser pactuadas com as equipes executoras, no momento da efetivação do processo de trabalho.

IV. Não poderão ser revisadas até que se chegue ao tempo de novo ciclo de Planejamento Plurianual, tendo em vista a rigidez legal e a impossibilidade de alteração dos orçamentos fixados para cada exercício.

Das asserções acima, podem ser consideradas **CORRETAS**:

A) I e IV

B) I, II e III

C) I e II

D) II e IV

E) III e IV

QUESTÃO 40

A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, fundacional e autárquica, na forma do Decreto 5.707 / 2006, preconiza:

I. O desenvolvimento – por meio de capacitações permanentes - como forma de melhorar a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços públicos federais, e a racionalização, controle e efetividade dos gastos com capacitações de pessoal;

II. A vinculação da capacitação dos servidores à sua promoção profissional, considerando o desempenho e a avaliação de resultados como fatores complementares e, de forma específica, a designação da ENAP como responsável pela capacitação de servidores para exercer cargos de direção e assessoramento superiores;

III. A vedação da extensão das modalidades de treinamento e desenvolvimento aos servidores federais redistribuídos e servidores que ingressarem no serviço público sem vínculo efetivo com a administração pública;

IV. O estabelecimento do plano anual de capacitação, do relatório de execução do plano anual de capacitação e do sistema de gestão por competências como instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, devendo os relatórios anuais ser avaliados por um Comitê Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, habilitado legalmente para zelar pela observância do decreto 5.707/2006.

V. A exclusão de programas de formação *strictu sensu* do plano de capacitação anual, nas modalidades de Mestrado e Doutorado, em virtude de sua longa duração, e necessidade de afastamento dos servidores nestas modalidades de Treinamento.

Das asserções acima, podem ser consideradas **INCORRETAS**:

- A) III e V
- B) I, II e III
- C) II, III e V
- D) IV e V
- E) II e V

QUESTÃO 41

O agente público federal, na administração da res publica, usando das prerrogativas legais de que é investido pelo poder público, pode praticar atos e celebrar contratos administrativos, desde que seja competente para isto, formalizando atos e contratos como prescrito em lei e motivando-os adequadamente. A partir deste pressuposto, os atos e contratos da administração guardam diferenças importantes, a exemplo da unilateralidade dos atos, e da bilateralidade dos contratos. Considerando estes aspectos basilares, considere o seguinte case hipotético:

Maria dos Anjos é agente pública federal, e realiza, no mesmo dia de trabalho, à frente da administração de um departamento de gestão de pessoas:

I. O despacho deferindo o gozo de licença para tratar de interesses particulares pelo período de 2 anos, requerida por um servidor de sua equipe com base no artigo 91, caput, da Lei 8.112/90, e dispondo, no referido despacho, que a licença deferida poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou por interesse do serviço.

II. A elaboração de documento oficial de instrução administrativa, informando a lentidão da prestação de um ciclo de treinamentos a ser realizado pela empresa contratada CAPACITA T&D a 300 servidores do órgão, em razão de três adiamentos solicitados pela contratada, sem qualquer justificativa. A agente formaliza a informação, motivando-a com base no art. 78, III, da Lei 8.666/93.

Considerando a natureza das atividades de Maria dos Anjos, pode-se afirmar que o despacho (I) é um (_____) administrativo, e está balizado pela (_____), podendo ser (_____) pelo poder público, e que a elaboração do documento instrutório (II), informando o atraso da empresa contratada, visa comprovar a impossibilidade de execução do (_____) administrativo, e está orientado pela (_____), podendo ser (_____) pelo poder público.

Assinale a alternativa **CORRETA** que complementa corretamente as lacunas do enunciado acima:

- A) Contrato – legalidade – anulado – Ato – discricionariedade – revogado
- B) Contrato – legalidade – revogado – Ato – obrigatoriedade – anulado
- C) Ato – discricionariedade – revogado – contrato – conveniência e oportunidade da administração pública – rescindido
- D) Ato – obrigatoriedade – anulado – ato – obrigatoriedade – revogado
- E) Ato – legitimidade – revogado – contrato – discricionariedade – revogado

QUESTÃO 42

O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) incide, regido pela Lei 9.784/1999, no âmbito da administração federal direta e indireta. Considerando esta base normativa, considere a hipótese abaixo:

Rosana é servidora pública federal e Chefe de uma divisão da Universidade onde se cadastra projetos, onde se processa o monitoramento das diferentes pesquisas clínicas do curso de Medicina e onde também se gerencia as verbas de fomento ao referido tipo de pesquisa. Usando do acesso e poder conferidos pelo cargo, Rosana cadastra e insere dados fictícios, visando obter para si a verba que seria destinada às pesquisas reais, e o faz por 8 meses consecutivos, vindo a ser descoberta como autora dos fatos mediante auditoria interna nos sistemas de informação da Universidade. Por ocasião da nomeação da Comissão Processante, Ricardo, servidor federal lotado em outra divisão na mesma Universidade, mantém com Rosana um relacionamento amoroso extraconjugal, e por isso sigiloso, é nomeado para compor a Comissão Processante. De acordo com o art. 18 e 19, da Lei 9.784/1999, qual deverá ser a conduta de Ricardo ao ser designado?

- A) Pedir exoneração imediatamente, sem justificar o motivo pelo qual está se exonerando.
- B) Participar normalmente da Comissão Processante, ao mesmo tempo que prossegue com o relacionamento extraconjugal com Rosana.
- C) Participar normalmente da Comissão Processante, dar uma pausa ou encerrar o relacionamento extraconjugal com Rosana e informar o fato à autoridade nomeante.
- D) Argumentar suspeição, abstendo-se de atuar e comunicando o fato à autoridade nomeante.
- E) Deve solicitar licença sem vencimento.

QUESTÃO 43

O aplicativo *Whatsapp*, comprado por Mark Zuckerberg, fundador do *Facebook*, tem sido largamente utilizado nas organizações, como forma de comunicação mais ágil, se consolidando como forma poderosa de comunicação oficial, inclusive no Poder Judiciário, onde está sendo utilizado para realizar citações judiciais. Segundo a revista EXAME, publicada esta semana, o IBGE constatou que 95% dos brasileiros que têm celular já utilizam o *Whatsapp*, inclusive para comunicar assuntos do trabalho.

Enunciado baseado na Revista EXAME – Janeiro de 2019 – disponível em <https://exame.abril.com.br/negocios/como-sua-empresa-pode-prevenir-o-mau-uso-do-whatsapp/>

Sobre o processo de comunicação no *Whatsapp* nas empresas públicas, considere a hipótese abaixo:

Carlos captura um *print* tratando de questões internas e sigilosas, porém lícitas de seu setor, na instituição federal onde presta serviço, e envia para um cidadão que declaradamente é inimigo pessoal da autoridade máxima do órgão. Pode-se dizer que à luz dos princípios expressos no art. 37, da Constituição Federal, o ato de Carlos afronta:

- A) a eficiência, somente.
- B) a publicidade e a legalidade.
- C) a moralidade e a transparência.
- D) a probidade e a boa fé.
- E) a legalidade, a moralidade e a impessoalidade.

QUESTÃO 44

O novo ministro da Educação, Professor Ricardo Vélez Rodríguez, concedeu entrevista no programa semanal “Bate Papo com o Professor Vélez”, no último dia 04 de Fevereiro, abordando os desafios de gestão da educação brasileira. No decorrer da entrevista, defendeu a importância do ensino cívico e do resgate de valores fundamentais, abrangendo desde a educação básica até a universidade, posicionando a educação cívica e a cidadania como base comportamental para a vida em comunidade. Para o ministro, o futuro profissional deve saber quais são as responsabilidades decorrentes do ofício que escolheu seguir, para que dê ao ofício “uma espécie de prestação de serviço social”. Vélez abordou a linha estratégica do Governo Federal ao declarar que “as regiões menos desenvolvidas do país, esquecidas, devem ser incorporadas à vida nacional”, e citou, na ocasião, o Projeto Rondon. Criado em 1968 com o objetivo de levar estudantes do ensino superior em viagens de prestação de serviços diversos em comunidades no território brasileiro, o projeto foi reativado em 2005 pelo Ministério da Defesa, e tem como parceiro estratégico, o Ministério da Educação. O último edital do Projeto, em 2018, abriu 8 vagas para alunos da Universidade Caxias do Sul, que estivessem interessados em integrar a equipe do Projeto para atuar no Município de Porto (PI), nas frentes de tratamento de resíduos sólidos, saneamento básico, gestão de água, desenvolvimento de tecnologias para melhorar a qualidade de vida, cooperativismo e empreendedorismo para geração de renda e desenvolvimento econômico sustentável. Na perspectiva de 2019, o Ministro sugeriu uma operação pelo Projeto em Roraima, para atuação junto aos refugiados venezuelanos. Sob o ponto de vista de gestão das Instituições Públicas de Ensino, e com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, considere as assertivas abaixo:

- I. Para que em 2019 seja possível concretizar o Projeto Rondon, a concepção do Projeto Político – Pedagógico deve dispensar a participação dos atores sociais (professores, pedagogos, diretores, funcionários e alunos) e se dá de forma centralizada, visto que é uma deliberação do próprio MEC.
- II. Projetos como o Rondon devem ser especificados no Projeto Político-Pedagógico das Universidades, pois norteiam o trabalho dos gestores educacionais, sendo ideal que sua elaboração seja participativa, descentralizada e alinhada ao planejamento docente, por ser um importante fator de organização das instituições de ensino;
- III. A participação de profissionais e usuários de serviços educacionais na esfera pública propicia a compreensão dos objetivos e metas para a educação, além de gerar maior proximidade entre docentes, discentes e sociedade;
- IV. A gestão da educação, como tomada de decisões, está circunscrita à construção do Projeto Político Pedagógico;
- V. A avaliação do Projeto Político Pedagógico deve ser procedida através de indicadores educacionais, sendo um meio de racionalização e horizontalização das relações nas instituições de ensino superior.

São **CORRETAS** as assertivas:

- A) I, II e IV
- B) II, III, IV e V
- C) II, III e IV
- D) I e V, apenas
- E) III, IV e V

QUESTÃO 45

O Governo Federal, ao abordar a política orçamentária adotada em 2019 e anos seguintes, afirma que os óbices à gestão do ensino superior estão limitados ao modo de gerir, e não ao volume de recursos. O orçamento do Ministério da Educação é comprometido, em sua maior parte, para manter as instituições públicas de ensino. Porém, o convívio com restrições de caixa é um traço contemporâneo, uma vez que, suprimidas as despesas vinculadas (obrigatórias, como salários e aposentadorias), os repasses ao MEC limitam os montantes para custeio e ampliação das instituições de ensino, e a necessidade de revisão da autonomia financeira das universidades começa a ser propalada pelos especialistas. Segundo o censo da Educação Superior realizado pelo INEP em 2017, das 2.448 instituições do país, incluindo-se universidades, centros universitários, faculdades, institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e centros federais de educação tecnológica (CEFETS), 87,9% dessas instituições são de natureza privada. Logo, para os 12,1% restantes, o princípio de “universidade pública e gratuita” no Brasil, ainda que fosse desconstituído – adotando-se a polêmica cobrança de mensalidades de acordo com o poder aquisitivo do aluno – seria de pouca monta em relação ao orçamento total, pois as referidas mensalidades representariam apenas 10% do orçamento. Este panorama, no que tange ao ingresso de novos estudantes, sob o impacto de ferramentas de acessibilidade ao ensino superior, como a Lei de Cotas e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), é agravado pelas altas taxas de inadimplência deste último, na ordem de 41% dos contratos em amortização, perfazendo um débito total que ultrapassa R\$ 10 bilhões, requerendo, dos gestores educacionais, cautelas e iniciativas para manter a viabilidade orçamentária. Tomando por base a Lei do Orçamento (Lei n. 4.320/64) e nas interpretações dela decorrentes, indique a alternativa INCORRETA:

- A) A abertura de créditos suplementares não é prevista na Lei 4.320, devendo esta ser atualizada para englobar esta modalidade de crédito;
- B) As receitas podem ser, quanto à categoria econômica, classificadas como receitas correntes e receitas de capital;
- C) A educação, como serviço público essencial, é passível de concessão de subvenções sociais, visando sua continuidade;
- D) A cobertura de déficits de manutenção dos serviços públicos, como é o caso da Educação, é feita mediante subvenções econômicas expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, Estados, Municípios e Distrito Federal;
- E) Os créditos suplementares são destinados ao reforço de dotação orçamentária.

QUESTÃO 46

Roberto Marques é administrador público de uma autarquia federal, e esta autarquia celebrou um contrato de prestação de serviços de manutenção de redes e tecnologia da informação com ALFACON Tecnologia LTDA, tendo sido designada Rosa Franco, da equipe de Roberto, como fiscal do contrato com a referida empresa. Decorridos 05 meses de vigência do contrato, a contratada deixa de realizar as visitas técnicas nos termos do contrato, e Rosa formaliza a inconformidade ao seu superior, que se manifesta pela suspensão do pagamento mensal da obrigação avençada no contrato. A decisão de Roberto, bem como seus argumentos, está fundado:

- A) na invocação da cláusula de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*), ou exceção de contrato não cumprido – que vigora no direito privado – mas milita, nos contratos administrativos, como exceção, vigorando integralmente a favor da administração, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações avençadas no contrato.

B) na legislação de processo civil, pois neste caso, como a exceção de contrato não cumprido é um instituto de direito privado, não vigora nos contratos com o poder público; portanto, a decisão de suspender as obrigações de pagar diante da falta de cumprimento de serviços deve ser precedida de produção de provas, por parte da administração pública, de que a contratada está inadimplente.

C) exclusivamente no princípio da boa-fé contratual, pois a administração pública age em nome do interesse público, devendo o contratado cumprir com a prestação do serviço objeto de contrato, pois os recursos são públicos.

D) na ausência de cláusulas exorbitantes ou prerrogativas outorgadas com exclusividade à administração pública.

E) na premissa de que se quiser, o contratado pode também opor, com a mesma força da administração pública, a mesma exceção, e suspender definitivamente o serviço contratado.

QUESTÃO 47

Peter Drucker, teórico neoclássico da administração, afirmou, segundo o artigo original “*These 10 Peter Drucker Quotes May Change Your World*”, da Entrepreneur, que “as reuniões são, por definição, uma concessão a uma organização deficiente. Ou se trabalha, ou faz reuniões. Não dá para fazer as duas coisas ao mesmo tempo”. Para a teoria neoclássica, a organização é um sistema social com objetivos claros, cujo alcance ocorre através da racionalidade. A Nova Administração Pública (NAP) caminha ao encontro das ideias de Drucker, no sentido de afirmar que a crise provocada pela burocratização do modelo weberiano coloca a modernização do setor público como necessidade e medida de inteligência organizacional.

Enunciado baseado no artigo “Peter Drucker não é apenas o pai da administração moderna, mas um provocador da cultura empreendedora”, de André Bartholomeu Fernandes – Jornal do Empreendedor – disponível em <https://jornaldoempreendedor.com.br/destaques/inspiracao/10-frases-de-peter-drucker-que-podem-mudar-a-sua-percepcao-de-mundo/>

Sobre as REUNIÕES EFICAZES e seu significado à luz das tendências da nova administração pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) a exigência principal para a eficácia das Reuniões na nova tendência é o registro sistemático de problemas e deliberações.

B) as reuniões contrariam a eficiência e principalmente a entrega de resultados, conforme explicita Peter Drucker, na citação do texto, excluindo da administração moderna a sua prática.

C) as reuniões devem ocorrer livremente, e ausentes de qualquer registro ou controle de tempo, em razão do protagonismo e liberdade criativa do servidor, e incluir preferencialmente a técnica *brainstorming*.

D) as reuniões continuam sendo necessárias, porém dependem do grau de disciplina, maturidade organizacional, perfil de liderança e da complexidade, cabendo ao líder a decisão de quando, onde e por quanto tempo ocorrerá. Deverá ser uma oportunidade de contribuição com ideias e pode admitir outras formas além da presencial, como por exemplo, videoconferência.

E) as reuniões devem ser feitas concentrando-se uma agenda anual, a ser editada e programada pela autoridade máxima da organização, que irá determinar quando e onde ocorrerão.

QUESTÃO 48

A Rede de Inovação no Setor Público (INOVAGOV) reúne organizações e pessoas do setor público, privado, do terceiro setor e do setor acadêmico para, em conjunto, gerar ideias e soluções criativas e com foco na EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO, melhorando processos, serviços e promovendo a cultura da inovação no setor público. O modo de trabalho da Rede INOVAGOV é a co-criação de soluções através de projetos inovadores, estudos, compartilhamento de ferramentas, cofinanciamento de projetos e eventos, mentoria colaborativa e troca de experiências, tendo apresentado experiências exitosas no âmbito federal. Neste sentido, o futuro do servidor público está condicionado às habilidades essenciais que este vier a desenvolver, já que segundo pesquisa da própria Rede, que conta com 72 grandes representantes do setor público (ANAC, ANEEL, BACEN, DPU, MEC, MJ, etc.), a chamada “Revolução Digital” reduzirá em 77% os cargos públicos hoje existentes, sendo as referidas habilidades relacionadas às seguintes categorias:

- I. Análise de dados;
- II. Inteligência Artificial;
- III. Design Thinking;
- IV. Insights Comportamentais;

Enunciado baseado no artigo “**Habilidades do Servidor Público do Futuro**”, de Talita Dantas, da REDE INOVAGOV.

Assinale, nas alternativas abaixo, aquela que **NÃO** corresponde à descrição fundamentada de competências do servidor público do futuro:

- A) analisar dados será essencial não somente para estatísticos e profissionais de TI, mas para decidir e embasar decisões, notadamente quanto às políticas públicas, tornando os serviços públicos menos custosos e mais eficientes para o usuário.
- B) a inteligência artificial, através dos assistentes virtuais, aproxima o poder público dos usuários, ajudando o cidadão a acessar rapidamente o serviço ou informação de que este necessita; e o uso de *machine learning*, como ramo da inteligência artificial, automatiza a análise de dados, aprendendo com eles, identificando padrões e tomando decisões com o mínimo de intervenção humana.
- C) o *Design Thinking* direciona os profissionais de arte e design para interação com o usuário, através de publicidade positiva, em substituição à antiga forma de divulgar as informações e serviços públicos.
- D) o *Design Thinking* incentiva os servidores a colaborar com as políticas públicas, fazendo com que se use um *design de serviços* mais arriscado e inovador, focado no usuário. Permite tanto que se resolva problemas quanto que se molde o serviço pondo o cidadão no centro das decisões, e evitando a perda de foco e a elaboração de políticas públicas que não tenham adesão.
- E) os *insights* comportamentais direcionam os comportamentos para melhores decisões e redução de custos, através da observação minuciosa do modo como o indivíduo age e dos *nudges* (mensagens de texto ou cartas personalizadas, buscando provocar mudanças de comportamento).

QUESTÃO 49

Ana é gestora de pessoas e pretende implantar, no órgão público onde trabalha, a Gestão de Pessoas por Competências. Na fase do projeto destinada ao mapeamento das competências por elementos constitutivos do ADMINISTRADOR, chegou-se à seguinte matriz:

CARGO: ADMINISTRADOR		
Conhecimentos	Habilidades	Atitudes
*Rotinas Administrativas *Gestão de Contratos Públicos *Normas da Língua Portuguesa *Informática Básica e Avançada *Bom relacionamento e desempenho ético em crises;	*Interação educada e respeitosa em equipe; *Comunicação e Negociação; *Licitação – Lei 8.666/93 *Procedimento Administrativo Disciplinar – Lei 9.784/99	*Organizado *Zeloso no uso de materiais de consumo; *Responsável ambientalmente; *Leis Orçamentárias

Das competências acima, assinale a alternativa que contém as que se encontram na classificação **INCORRETA** de CONHECIMENTOS – HABILIDADES – ATITUDES:

- A) Rotinas administrativas - Comunicação e Negociação - Organizado
- B) Bom relacionamento e desempenho ético em crises – Licitação – Lei 8.666/93 – Procedimento Administrativo Disciplinar (Lei 9.784/99) – Leis Orçamentárias
- C) Gestão de Contratos Administrativos – Interação educada e respeitosa em equipe – Zeloso no uso de materiais de consumo
- D) Rotinas Administrativas – Comunicação e Negociação – Responsável ambientalmente
- E) Informática Básica e Avançada – Comunicação e Negociação - Organizado

QUESTÃO 50

Baseada na criação de um administrador de ferrovias em 1856, Daniel McCallum, foi resumida a complexidade da social, os diferentes sujeitos envolvidos e suas relações de comunicação na organização, com o objetivo de demonstrar a disposição das unidades funcionais da organização, um gráfico – considerado ferramenta gerencial – chamado:

- A) Organograma
- B) Fluxograma
- C) Histograma
- D) Diagrama de Afinidades
- E) Funcionograma

QUESTÃO 51

O Código Tributário Nacional (CTN), em seu art. 78, preceitua:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN) – LEI 5.172/1966

Art. 78 - Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 1966)

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Como se depreende da interpretação literal do artigo 78, o poder de polícia é inerente à administração pública, pois limita, regula a prática ou abstenção, sendo guiado, segundo as palavras de Hely Lopes, pelo princípio do interesse predominante, pois pode se vincular, dependendo da matéria, à União, Estado, Distrito Federal ou Municípios. Logo, trata-se de um poder:

- A) Vinculado
- B) Discricionário, em regra, e na exceção pode ser vinculado
- C) Hierárquico
- D) Disciplinar
- E) Regulamentar

QUESTÃO 52

Glauco Rocha é Diretor Financeiro há 26 anos em uma organização federal e está. Certo dia é apresentado a Tiago, administrador recém formado, admitido por concurso público nos quadros da organização. Tiago está inseguro, pois revela ter dificuldades em realizar os balanços financeiros e orçamentários e outras operações de cunho financeiro orçamentário de que foi incumbido por seu superior. Glauco, que já exerceu anteriormente o cargo de docente superior, poderá exercer – a título de facilitar o desenvolvimento de Tiago:

- A) Coaching, apenas.
- B) Mentoring.
- C) Counseling.
- D) Benchmarking.
- E) Encaminhamento ao setor de avaliação de desempenho.

QUESTÃO 53

Para que o órgão público alcance e mantenha o equilíbrio fiscal desejado, concorrendo para o equilíbrio das contas públicas, deve – segundo a integral interpretação da Lei Complementar 101/2000 (LRF) realizar:

- I. O cumprimento de metas fiscais;
- II. A administração financeira e patrimonial;
- III. Compensação de Renúncia de Receita;
- IV. Atentar para as despesas com pessoal, justificando o aumento destas além do limite, por interesse público.

Das assertivas acima, **NÃO** são verdadeiras as constantes na assertiva:

- A) III, somente
- B) III e IV, somente
- C) IV, somente
- D) II e IV, somente
- E) II e III, somente

QUESTÃO 54

“Ser Universidade reconhecida em todo o Brasil e no exterior pela excelência no ensino, pesquisa e extensão” é um enunciado estratégico que denota (_____) e deve ser atingida através da (_____) por (_____). Assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas:

- A) Visão Institucional - Missão Institucional – Planejamento em curto e médio prazo
- B) Visão institucional - Valores institucionais – Cooperação entre entes públicos
- C) Valores Institucionais – Missão Institucional – Metas Pactuadas
- D) Visão Institucional – Missão Institucional – Planejamento coordenado em longo prazo
- E) Norteadores do Planejamento Situacional – aplicação de planos de ação – prospecção de diagnóstico organizacional

QUESTÃO 55

O servidor público deve conhecer, para bem agir, a Lei do Pregão. Esta lei foi criada com a pretensão de acelerar o procedimento licitatório e agilizá-lo. Por essa razão, o servidor da Comissão Permanente de Licitação de um órgão público procederá e intervirá dentro das especificidades instituídas nesta lei. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a uma característica do Pregão:

- A) não contribui para o aumento da transparência;
- B) pode ser presencial ou eletrônico, sendo que na modalidade eletrônica não se admite a contratação de obras de engenharia, locações imobiliárias e alienações;
- C) inverte as fases de habilitação e análise de propostas, e apenas a documentação do participante que apresenta a melhor proposta é analisada, gerando economia de tempo e de custos;
- D) ocorre em duas fases: a interna e a externa.
- E) o Termo de Referência contendo justificativa da necessidade de contratação, definição de objeto, exigências e critérios para habilitação, dentre outros requisitos, é documento necessário à fase interna e subsidia o instrumento convocatório.

QUESTÃO 56

A Leis Orçamentárias, a saber a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a LOA (Lei Orçamentária Anual), que ano a ano estima a receita e fixa despesas governamentais em blocos distintos, juntamente com o PPA (Plano Plurianual) instrumentalizam a gestão orçamentária e financeira governamental. A arrecadação prevista na LOA é possível pela tributação a partir da cobrança de impostos, taxas e contribuições, condicionando diretamente a aptidão para executar o que foi programado. Sobre as leis orçamentárias, é **INCORRETO** afirmar:

- A) A LOA contempla o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos estatais
- B) São instituídas por leis complementares, independentes em cada unidade federativa, sendo cada Estado responsável por sua inovação legislativa;
- C) A LDO tem transversalidade e vai além do aspecto orçamentário, porque tem projeção futura e entre ciclos de governo, diferentemente da LOA
- D) A LDO e a LOA são desdobramentos da regulamentação do art. 165 da Constituição Federal
- E) São inter-relacionadas, devendo ser compatíveis

QUESTÃO 57

A feição de uma nova administração pública, que concentra seus recursos e atividades em uma performance que protagoniza o usuário como centro dos sistemas públicos, é uma tendência crescente e já se pode detectar pela ênfase na gestão da qualidade, na entrega por resultados e nas parcerias público-privadas. Valores como excelência, eficiência, agilidade e transparência são premissas para os tempos atuais. O Programa GESPÚBLICA, focado na desburocratização e simplificação dos processos de trabalho é viabilizado, na fase instrumental de modelagem das ações através:

- A) da digitalização e automatização dos processos e políticas públicas nacionais instalados após a promulgação da Constituição de 1988, no estado em que se encontram.
- B) da gestão de processos, mais precisamente, em sua simplificação e melhoria.
- C) da gestão de projetos governamentais.
- D) da obtenção de resultados, tendo como premissa a absoluta não padronização dos meios de obtenção destes resultados.
- E) da publicidade intensificada para os usuários das áreas finalísticas dos serviços.

QUESTÃO 58

Leia atentamente o enunciado a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**:

As despesas do exercício anterior na forma da lei 4.320/64, dependem de reconhecimento da dívida decorrente de compromissos gerados no exercício financeiro anterior ao ano em que deve ocorrer o efetivo pagamento, na condição em que à época havia crédito próprio e saldo suficiente no orçamento, mas que não tenham sido processados por inexistência, anulação ou falta de emissão de nota de empenho. Desta forma, poderão ser pagas, nos termos da Lei supra, as contas de dotação específica consignada, sempre que possível, na sequência seguinte:

- A) Despesas do exercício anterior – restos a pagar com prescrição interrompida – compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro
- B) Restos a pagar com prescrição interrompida – Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro - Despesas do exercício anterior
- C) Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro - Despesas do exercício anterior - Restos a pagar com prescrição interrompida
- D) Restos a pagar com prescrição interrompida - Despesas do exercício anterior - Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro
- E) Despesas do exercício anterior - Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro - Restos a pagar com prescrição interrompida

QUESTÃO 59

O estabelecimento de metas, diretrizes e estratégias educacionais pelo Plano Nacional de Educação, vigente desde Junho de 2014, tem no referido Plano um norteador importante para efetivar as disposições da Constituição, que interpretadas, conduzem ao Planejamento condizente com a realidade locorregional. Com muitas semelhanças com as fases metodológicas do ciclo PDCA, o Plano Nacional de Educação necessita considerar as entradas do processo educacional, notadamente o capital humano do Docente. A pauta da valorização dos professores, polêmica, os posiciona como talento a ser retido, atraído e desenvolvido, sendo este quesito importante na fase “P”, do PDCA por analogia, que o Plano

compõe. Na administração pública educacional, as estratégias de valorização são diversificadas. Assinale a alternativa que **NÃO** contém uma estratégia de valorização docente:

- A) Reestruturação da Carreira
- B) Curso de Formação de Professores
- C) Adequação de carga horária
- D) Investimentos em Tecnologias da Educação
- E) Estreitamento do rigor avaliativo

QUESTÃO 60

A liderança *coach* reposiciona o gestor a uma outra condição existencial no trabalho, que não é a do modo de operar rígido dos antigos chefes, nem prevê as práticas nocivas de atingir os fins da organização, sem preocupação com os meios. É de Warren Bennis a frase: “*Bons líderes fazem as pessoas sentirem que elas estão no centro das coisas, e não na periferia. Cada um sente que ele ou ela faz a diferença para o sucesso da organização. Quando isso acontece, as pessoas se sentem centradas e isso dá sentido ao seu trabalho*”. Logo, a estratégia de gestão do líder *coach* é:

- A) a melhora da comunicação, de maneira central
- B) o desenvolvimento de pessoas, através da ampliação de conhecimentos, habilidades e atitudes
- C) a seleção de pessoas que lhe pareçam diferenciadas
- D) a variação comportamental para o padrão autocrático quando há identificação de *gaps* (lacunas) de competência
- E) a aliança com outros líderes do mesmo padrão para dar *feedbacks* negativos aos *coachees*